

Se o país é um corpo o que está a drenar é sangue

Educar é mais do que ensinar e uma entrevista pode ser mais do que responder a perguntas. Nesta edição pedimos ao jornalista **Pedro Olavo Simões**, diretor da revista *Jornal de Notícias História*, para entrevistar Rosário Gambôa. A conversa foi além das muito mais do que quatro paredes do Instituto Politécnico do Porto e mergulhou na realidade de um país que não se pode esquecer do seu sangue que drena na emigração e de uma cidade que não se esquece do seu carácter.

Se descascássemos a cebola, ao jeito de Günter Grass, a primeira camada seria a da mulher de exuberância natural mas também austera, a longa e ondulada cabeleira ruiva, o olhar límpido. Também a voz, enganosamente frágil, dificultaria o retrato de Rosário Gambôa, que lidera desde 2010 uma das grandes instituições académicas da cidade, o Instituto Politécnico do Porto. A funcionária da Presidência que nos traz cafés e a trata por “menina”, enternecendo-a, também manteria à superfície a nossa leitura. Ou não. Tudo o que esta mulher faz, da cordialidade com que interage com toda a gente com quem se cruza, dos docentes aos estudantes, à profundidade do pensamento, é um traço da personalidade cativante que se mostra nesta entrevista: a forma como encara a vida, a intransigente firmeza com que lidera uma instituição cada vez mais forte, a visão vanguardista da educação, o sentido humanista, a necessidade de intervir publicamente ou a forma como traz na pele esta cidade onde se fixou e fez sua. Não chegámos ao mais íntimo âmago da cebola, nem quereríamos, mas a riqueza das camadas que se foram revelando chega e sobra.



Um dia contou-me que, no 25 de Abril de 1974, estava empoleirada numa árvore do Largo do Carmo, em Lisboa. O país que imaginou, lá do alto, era este onde hoje vivemos?

Seguramente que não. Eu tinha 17 anos, e as minhas perspetivas do que podia ser o mundo eram naïfs e pouco sólidas. O mundo foi evoluindo muito, e eu também, mas o 25 de Abril e todos os acontecimentos políticos que se sucederam foram momentos muito fortes de aprendizagem, em termos de questões que nos chegavam, como interrogações, e nos obrigavam a debater. Na altura, discutíamos e debatíamos mais do que o que líamos. Havia muito pouca fundamentação teórica sobre as coisas.

Mas o que eu queria perceber é se sentia, naquele momento, “o dia inicial inteiro e limpo” de Sophia...

Estava na expectativa de algo...

Onde ficou essa expectativa?

Ficou sempre dentro de mim e das pessoas, não só das que viveram aquela época e aquele sonho, mas de toda a gente que tem como formação e vocação o impulso de querer fazer alguma coisa para mudar o mundo. E esse mudar o mundo tem sempre um horizonte, que pode ser utópico, de igualdade. Claro que a minha noção de igualdade foi evoluindo, mas continuo a bater-me por ideais de igualdade. Hoje, falamos “todos diferentes, todos iguais”, o que eu acho um slogan maravilhoso, mas, na

altura, a minha noção era muito ingénuo. Eu ouvia falar da sociedade sem classes e achava que era perfeitamente possível. Hoje, sabemos que as coisas não são assim.

Revela-se uma impossibilidade?

Eu sempre tive o meu lugar de felicidade na realização com outros. Não tenho uma noção muito individual de mim, nem da forma como exerço os cargos por onde tenho passado. As pessoas como eu têm sempre um horizonte utópico de chamamento, na base de uma evolução que permita uma maior felicidade, e esta passa, necessariamente, por condições de igualdade. Não é igualdade tábua rasa, mas é a possibilidade de todos, independentemente das suas opções pessoais, do seu lugar de nascença, da sua religião, poderem ter as mesmas condições de desenvolvimento, e que a própria estrutura social favoreça e promova essa visão igualitária, o que não acontece.

Então, a utopia é uma força motriz necessária, mesmo que saibamos não ser um objetivo alcançável?

Sim... Há um filósofo de que gosto muito, John Dewey, que diz: “Nós guiamo-nos pelas estrelas, caminhamos segundo elas, mas não para elas”. Ou seja, a utopia é um horizonte de referência.

Sem esse horizonte não há rumo?

É um ideal, mas tem de estar dentro de nós. Não basta às ideias políticas terem um fundamento conceptual: têm de ter

um apelo emocional. Não basta os ideais serem discutidos pela razão: têm de estar no coração dos homens (foi Adela Cortina quem disse isso). Essa força motriz da emoção, do impulso agregador e do impulso igualitário devia ser necessária a todos.

Consegue encontrar esse ideal, ou essa força motriz, nas atuais classes dirigentes?

Não sei bem se está presente nas classes dirigentes. Há um vazio desses ideais, que é visível, não digo que em todas as manifestações da nossa sociedade, mas em algumas. E a principal causa disso é a educação. Não falo aqui apenas do sistema de educação formal. Educação é o ambiente onde somos formados e criados, e o nosso ambiente é demasiado pragmático, não o pragmático eficaz ou construtivo, mas o pragmático utilitário e individualista. Esses impulsos de natureza ética, de empatia, como agora está a acontecer nesta campanha — “E se fosse eu?” —, têm de estar presentes na formação das pessoas. A educação moral também se ensina. Não se ensina só a pensar, mas a interagir com os outros. Essa falta de atenção ao desenvolvimento moral pode ferir, profundamente, a estrutura das sociedades, e necessariamente estará presente nas pessoas e, como tal, nos políticos.

Ou seja, sintomas de uma sociedade tecnocrática...

É uma sociedade tecnocrática e um bocadinho niilista em termos de valores.

Nós passámos várias modas. A dos valores absolutos, e falo aqui das perspetivas excessivamente relativistas, em que quase que os valores se podem equiparar uns aos outros, numa escala em que deixa de haver valores mais e menos elevados... isso tudo é um caminho para um certo niilismo. Depois, aquela perspetiva competitiva, que se acentuou muito — a competição é algo extraordinariamente valioso, mas quando a competição se faz no aperfeiçoamento de cada um consigo próprio, competitivo, e no aperfeiçoamento de si dentro da sua comunidade, tornando a sua comunidade cada vez melhor. O mesmo filósofo que referi há bocado (isto está a ficar muito filosófico...) fala em “togetherness”: todos em conjunto. Essa noção perde-se quando eu tenho alguém a quem digo “tu tens de te safar, tens de competir, tens de ser tu o brilhante”, e não se percebe que não basta ser um indivíduo brilhante: é a minha escola, a minha turma ou o meu grupo que tem de ser brilhante. O brilhante sozinho é muito pouco, muito triste, muito vazio, muito pobre, muito soturno... e não é feliz.

Na juventude, como tantos outros da sua geração, estava ligada à extrema-esquerda e era vendedora do “Luta Popular”. Como se reposicionou?

Eu nunca fui militante nem inscrita no MRPP. A minha passagem por lá foi romântica e muito leve, dentro daqueles ideais da revolução. Entregavam-me os jornais para eu vender, e eu, de facto, era ardina, à porta

da estação do Rossio. Mas dificilmente eu seria enquadrável ali. Uma das coisas que sempre caracterizaram o meu percurso foi uma certa rebeldia, não no sentido revolucionário, mas no sentido em que nunca me dei bem com nenhum fundamentalismo nem com nenhuma prisão de ideias.

O coletivismo castrador...

O coletivismo que impede a liberdade e a circulação de pensamento, em termos individuais e coletivos. Tenho muita dificuldade em lidar com questões fechadas. Tenho muita dificuldade em que me digam como é que devo pensar. E tenho muito apreço pelo pensamento disruptivo, pela imaginação, pelo debate público. Por isso, dificilmente eu seria militante de extrema-esquerda. Aliás, é muito significativo que eu nunca tenha sido militante de nenhum partido político.

Manuel António Pina falava muito numa questão que se coloca às pessoas, em determinado momento da vida: perceber o que pensaria de nós a pessoa que éramos quando tínhamos 20 anos. O que pensaria de si a jovem Rosário Gambóia?

Julgo que a Rosário mais jovem ia ficar muito surpreendida com a vastidão do meu caminho... Eu não sou religiosa. Tenho algum impulso religioso, mas no sentido de uma religião universal, abstrata, conceptual. É mais uma ética universal do que uma religião. Mas costume dizer que, de facto, tenho de agradecer imenso à vida e a Deus, a Deus nesse sentido, porque me permitiu viver muitas vidas dentro da vida. Já fiz muitas coisas, e isso é o melhor que alguém como eu leva, porque se eu desejei para mim a interação com os outros, eu tenho-a tido muito. Em termos de valores, que julgo que é o que pergunta...

Também... e, já agora, se, além de surpreendida, essa jovem se sentiria orgulhosa.

Sem querer parecer imodesta, acho que a Rosário jovem se sentiria orgulhosa da mulher que hoje sou. É um bocadinho aborrecido, mas eu julgo que sim.

A massificação do ensino era um dos desafios mais cruciais do Portugal democrático. A batalha está ganha?

Está e não está. Está ganha, no sentido de ter havido uma grande expansão do ensino básico, do secundário. No que diz respeito ao pré-escolar, ainda estamos um pouco atrasados, e essa é uma dimensão que tem de ser contemplada. O que se entende por educação básica vai mudando conforme a evolução das sociedades, e as expectativas sociais são cada vez maiores, o que é bom. Uma das coisas mais extraordinárias que aconteceram no país foi um conjunto imenso de gente poder entrar na escola, o que significou uma elevação muito grande do nível médio da população, em

todos os sentidos. Não falo só nas competências para o mercado de trabalho, mas na própria noção de cidadania e de pessoa, no sentido mais completo do termo. Agora, a batalha está ganha? Não. Mesmo ao nível do ensino superior, continuamos a ter números baixos, relativamente à Europa. Também ao nível do secundário temos taxas de abandono e de insucesso que ainda são representativas, temos uma população adulta que não tem a qualificação necessária (o programa "Novas Oportunidades", se tinha problemas, devia ter sido reformulado e não interrompido), ainda temos população analfabeta... Houve um enorme progresso, mas há muita coisa por fazer.

Perfi-la a ideia de que temos a geração mais qualificada de sempre? Se sim, por que não temos o país mais desenvolvido de sempre?

Comparativamente a décadas passadas, temos, sem dúvida, a geração mais qualificada de sempre. Não temos é a capacidade de essa geração ser absorvida pelo nosso mercado e pela nossa estrutura social. Isso porque o nosso modelo de desenvolvimento social e económico não acompanhou a saída desses profissionais. E há também, muitas vezes, alguma falta de articulação entre as necessidades do país e o perfil dos jovens que saem. O que é central em nós é uma imensa falta de planeamento estratégico, de uma visão coerente que estabilize nas políticas públicas, que se possa desenvolver em continuidade para o país e que permita que estes hiatos todos, que são muitos, possam ser resolvidos. Temos, de facto, uma geração extraordinária, e é muito triste que ela não se possa fixar cá. Se o país é um corpo vivo, o que está a drenar para o exterior é sangue. É a saída de jovens que podem ser necessários ao desenvolvimento, os jovens que vão ser as gerações de amanhã, que vão ter filhos, que vão transformar o país, que vão criar e que, devido ao esforço e às crenças das gerações anteriores, têm hoje muito melhor preparação para fazerem o país melhor.

Esse êxodo é frustrante para si, enquanto responsável por uma instituição de ensino superior?

Sim, mas é também frustrante nos meus papéis todos: como portuguesa, cidadã, mãe... O que a mim cabe, no meu trabalho, é fazer com que existam condições para que eles fiquem, e não apenas por ficar: que fiquem realizados e a produzir qualquer coisa para bem do futuro e para bem de nós todos.

O modelo do Politécnico é especialmente adequado a esse esforço?

O modelo do Politécnico já não é o modelo do Politécnico. Quando se fala nesse modelo, pretende-se dizer que as

“Comparativamente a décadas passadas, temos, sem dúvida, a geração mais qualificada de sempre. Não temos é a capacidade de essa geração ser absorvida pelo nosso mercado e pela nossa estrutura social. Isso porque o nosso modelo de desenvolvimento social e económico não acompanhou a saída desses profissionais.”

formações são profissionalizantes, mais práticas, voltadas para o mercado de trabalho, mais operatórias. A maior parte das instituições de ensino superior, em particular naquilo que se chama abertura à sociedade, a terceira missão das instituições, todas elas fazem isso. Um médico não é profissionalizante? Um engenheiro? Um arquiteto? Mesmo as universidades mais clássicas, em Portugal (no estrangeiro, isso começou há muito tempo), fizeram essa deriva "politécnica", entre aspas porque as universidades não copiaram nenhum modelo politécnico, mas seguiram o seu caminho natural. Hoje, o que compete a uma instituição de ensino superior é, de diversas formas, fazer com que esta articulação exista, e não só no final do curso. Quando se diz que há uma falha entre a formação e o mundo do trabalho, essa falha não se resolve acrescentando qualquer coisa no fim do curso — está na moda falar-se de empreendedorismo —, uma cadeira qualquer em que as criaturas vão aprender a ser empreendedoras. Essa falha só se resolve se toda a estrutura formativa tiver uma comunicação maior com a sociedade civil ou o meio empresarial. O que é fundamental é que cada instituição seja capaz de descobrir este caminho de motopróprio. Sou absolutamente a favor de que as instituições de ensino superior sejam diferentes e diversas. O país é demasiado pequeno para tanta coisa igual. Agora, a diferenciação deve ser encontrada dentro da personalidade e do modo de estar da instituição. Não é a diferenciação absurda,

dizendo que o politécnico é mais prático, e por ser mais prático eu vou proibir a Faculdade de Engenharia, aqui ao lado, que tem cursos parecidos ou iguais aos do Instituto Superior de Engenharia, de fazer um conjunto de coisas porque são politécnicas, por se relacionarem com as empresas ou com o tecido regional.

Mas a perceção dessa diferença persiste...

Essa diferença é artificial e tem uma razão histórica. Quando o ensino superior técnico foi criado, na altura da reforma de Veiga Simão, dirigia-se à formação de um conjunto de profissionais que não existiam dentro das universidades. Falo de jornalistas, de enfermeiros, de um conjunto de técnicos. Por isso, foi criado o ensino politécnico. Só que as universidades, hoje, e bem, também fazem essas formações. Mesmo ao nível do que era o portefólio formativo politécnico e o portefólio formativo universitário, a mistura está completa. O que há diferente é porque há instituições diferentes umas das outras. E essa diferenciação, quanto a mim, até devia ser maior, não por um bloqueio administrativo e burocrático imposto, mas pelo próprio percurso e posicionamento das instituições. E a tutela devia incentivar a diversidade e não a réplica. Uma diversidade respeitando a vocação e a capacidade das instituições. No Politécnico do Porto, não só nos orgulhamos dessa matriz pragmática como a aprofundamos e trabalhamos, porque cremos que é uma das bases fundamentais da nossa identidade.

O IPP fez 30 anos e acabou de reestruturar a oferta formativa. Isso cria grandes expectativas?

A reforma foi programada há anos, de acordo com orientações que saíram do nosso plano estratégico. A percebemos de como a instituição pode posicionar-se de uma forma mais competitiva, no bom sentido, competindo consigo própria e valorizando-se cada vez mais no seio do que é o sistema de ensino superior, português e internacional. Uma das coisas que decidimos foi reforçar o nosso modelo de ensino pragmático. Depois, também, reforçar a qualidade do ensino e da investigação. Como? Pela concentração de massa crítica. Nós tínhamos um conjunto de formações dispersas. Tínhamos sete escolas, ou faculdades, havia oferta formativa replicada, disfuncional, e entendemos que seria muito mais proveitoso,

a partir da definição de um conjunto de clusters identificadores de cada escola (das engenharias, da saúde, da educação, das ciências empresariais...), repositonar a oferta formativa. Por isso, tudo o que é ciências empresariais regressou a uma escola, tudo o que era engenharia regressou a essa escola. Simultaneamente, tínhamos duas linhas de desenvolvimento dentro do Politécnico, mas que entendemos que devíamos reforçar, que era a formação superior em turismo e hotelaria, e transformámos a escola da ESEIG nessa escola, e criámos uma outra escola, essa sim nova, de raiz, que está nas mesmas instalações (por isso o nosso campus de Vila do Conde e Póvoa de Varzim fica muito reforçado), que foi uma escola de media arts e design, com competências que já tínhamos e outras que saíram das orientações do plano estratégico. Assim, o Politécnico do

Porto tem a sua casa arrumada, tem oito escolas, cada uma representa um cluster de referência, onde a massa crítica, em vez de estar dispersa, está concentrada, e é muito mais fácil qualificar os cursos e a investigação afeta aos cursos, quando, em vez de termos três ou quatro docentes, temos um corpo significativo dentro da mesma área de conhecimento.

E a implementação?

A seguir à reforma, tivemos de operacionalizar. Já pusemos cá fora um conjunto de despachos em que se diz como é que as transições vão acontecer. Algumas transições são muito violentas, porque há cursos que mudam completamente de escola e, com eles, mudam os docentes.

Houve alguma contestação por parte de alunos. A situação está pacificada?

Houve, mas esta reforma foi muito complexa e muito bem feita. Desde o primeiro momento, além de termos todas as escolas a posicionar-se, toda a gente tinha acesso à maior parte dos documentos estratégicos e à produção de documentos. E foi uma reforma informada, com documentos europeus, com a especialização inteligente, com todas as tendências importantes, com os fluxos dos alunos... tivemos tudo isso em conta. Houve alguma contestação legítima, que foi rapidamente sanada. Havia alunos de um curso ou outro da ESMAE, que mudavam para Vila do Conde, o que levantou algumas resistências, nós percebemos essas resistências e, com eles, em conjunto, criámos comissões para cada curso, paritárias, de alunos e docentes, e todas as situações foram analisadas, definindo-se qual era o timing em que iam mudar. Há alunos que acabam aqui o curso, outros que fazem aqui mais um ano, outros que vão logo para Vila do Conde, outros que vêm logo para o Porto. Não há nenhum modelo igual. Foi tudo definido em função dos alunos. E mesmo aos alunos que têm de se deslocar nós vamos assegurar transporte, correspondente ao tempo de encerramento do seu ciclo de estudos. Houve outra pequena contestação, residual, que nunca foi sanada. Estavam 43 alunos à porta do Rivoli, alguns nem sequer eram do IPP, mas tudo bem. Aí, houve, de facto, algum mal-estar que acabou por deixar de ter eco, mas que era impossível resolver, porque eram, fundamentalmente, alunos que eram mesmo visceralmente contra o processo. É evidente que num processo destes, com 18 mil alunos, com a Direção da FAP a apoiar a reforma, com as associações de estudantes, tirando uma, que se absteve, a votarem que sim, e, depois, com os grupos todos de estudantes a trabalharem em cada curso... melhor era impossível. Conseguimos fazer uma grande reforma, que, de certeza absoluta, posicionará o IPP de uma forma muito mais competitiva no futuro.

Que falta fazer para que os politécnicos percam o estigma de irmão menor do ensino superior? Poderem conferir o grau de doutor?

Conferir o grau de doutor, para mim, é uma coisa crucial, que deve ser atribuída às instituições que demonstrem capacidade para o efeito, chamem-se elas o que se chamarem. E a capacidade para o efeito tem de ser definida pela agência de avaliação. Quanto a mim, os critérios até podem ser mais exigentes, isto é, dentro daquela área do conhecimento em que a instituição se candidata a dar o grau de doutor, tem de demonstrar, de forma inequívoca, que há uma produção de conhecimento significativa associada a essa área. É o primeiro critério fundamental: que tenha um corpo docente qualificado e próprio, dentro daquela área do conhecimento, aliás, o corpo docente que também produz esse mesmo conhecimento. Quando esses quesitos estão garantidos, a instituição tem de ter o direito a conferir o grau, chame-se ela o que se chamar. O que nós temos visto em Portugal, em particular nos últimos anos, é alguma promiscuidade. Há instituições que eram politécnicas, em particular privadas, que de repente passam a instituições universitárias por decreto e, depois, passam a poder conferir o grau de doutor. O que eu entendo é que o grau de doutor é muito importante e não deve estar sujeito a uma mudança de designação feita por decreto e, se calhar, nem sempre de uma forma muito pública. Deve estar associado à capacidade da instituição. Os politécnicos podem ou não conferir o grau de doutor. As universidades podem ou não conferir o grau de doutor, sejam públicas ou privadas. Eu admito que uma instituição possa conferir esse grau numa área em que é muito sólida e não possa noutras áreas. É isso que deve acontecer. Sou contra o sistema binário, porque acho que é uma divisão que não existe, mas julgo que esta questão do grau de doutor, em particular no Politécnico do Porto, é uma coisa que nos tolhe, e muito. Temos um conjunto vastíssimo de centros de investigação, onde há doutorandos a trabalhar com os nossos doutores, a pesquisar naqueles centros de investigação, e quando chegam ao fim...

...vão a Espanha...

Não, eu refiro já o porquê de Espanha. Eles vão tirar o título à Universidade. O que significa que o título é da Universidade, não é do Politécnico, o património da investigação é da Universidade, não é do Politécnico, e a maior parte das vezes, ou quase 99% das vezes, os nossos investigadores nem sequer podem ser reconhecidos como orientadores. Nem sequer o seu trabalho, a sua propriedade intelectual lhes é reconhecida. O Politécnico do Porto tem feito vários doutoramentos em parceria



com Espanha, onde a situação tem sido muito diferente. Estamos a trabalhar com algumas das universidades mais antigas da Península, Santiago de Compostela, Salamanca, com Vigo, que é uma jovem universidade, e Oviedo e Corunha, todas por uma questão de proximidade e de qualidade. Se pudéssemos conferir o grau, este seria conjunto. Não podemos, porque a nossa lei impede-nos. Mas os nossos investigadores são reconhecidos como orientadores, e o trabalho é todo feito em parceria. E há muitos cursos de doutoramento que são feitos aqui, no Politécnico do Porto, e são os nossos parceiros que se deslocam e dão cá as aulas, o que tem um significado simbólico e um significado real, no que diz respeito ao currículo dos docentes, muito diferente. Mas é uma situação injusta, absolutamente absurda, e no caso das artes mais absurda é ainda. Há muito que a maior parte das instituições no ensino artístico, onde se fazem doutoramentos, fazem doutoramentos performativos. É o caso de Inglaterra, da Irlanda... Os doutoramentos performativos têm a ver com o trabalho do próprio artista. O que acontece aqui é que, por exemplo, um músico vai ter de fazer um doutoramento em musicologia e não em harpa ou em trompa. E nós temos capacidade completa de dar esse doutoramento. A pessoa que faz o doutoramento tem de fazer esse esforço de ir fazê-lo noutra área, que não é do interesse nem enriquece a sua prática, nem enriquece o seu trabalho no contexto do IPP. E depois todos aqueles prejuízos que já disse. Noutro dia, o ministro Manuel Heitor veio cá, e eu fiz questão de lhe mostrar um conjunto vasto de centros de investigação, onde em todos eles estavam doutorandos, um número muito significativo, dez, 15, 20 doutorandos, a fazer doutoramento com os nossos docentes, que não vai acontecer, em termos de realidade e de património.

O fim do sistema binário, que preconiza, poderá decorrer da fusão do Politécnico com a Universidade?

Acho que não estão criadas condições para isso...

Mas poderiam vir a estar?

Poderiam, se houvesse uma visão que permitisse a construção de um caminho faseado nesse sentido. O sistema binário fundamenta-se num conjunto de distinções artificiais. Aquela de que falámos antes, que é um momento formativo mais prático, esta de que falámos, que é o grau de doutor (a única que existe, na realidade, mas por questões administrativas e não reais), e uma outra, ainda mais ridícula, que diz que os politécnicos fazem investigação aplicada orientada, e as universidades fazem investigação aplicada. Nunca eu conheci o que é que significa a designação orientada aplicada... As grandes distinções que

estão na lei não existem. Cafram há muito. Insisto numa coisa muito importante: há distinções entre as instituições. E o país tem de perceber que elas existem. E se estas instituições, mesmo as mais frágeis, são importantes, então tem de se encontrar um caminho de sustentação. O resto é um absurdo. No caso do Politécnico do Porto, somos a quinta maior instituição de toda a rede de ensino superior, mas, como eu gosto de dizer, não somos só maiores: nós somos bons. Somos a quinta instituição na atração de estudantes, estamos no top 10, em Portugal, das instituições de ensino superior com investigação.

pura e simplesmente, porque na estrutura existente, enquanto politécnico, eu estou limitada para fazer um conjunto de coisas que sabemos fazer e que já fazemos.

Não pode dar os passos que as pernas lhe permitem...

Claro. Eu, os docentes, os nossos estudantes... Há trabalho que fazemos que não é reconhecido. O meu amigo Salustiano, que é o reitor da Universidade de Vigo, uma vez, aqui, na abertura dos primeiros protocolos de doutoramento, dizia, alto e bom som, aquilo que eu acho: há uma anomalia administrativa na nossa lei, e

só na universidade. O lugar da universidade, como fonte produtora de conhecimento, deve ser entendido como espaço privilegiado entre outros focos. E o conhecimento só consegue florescer em duas coisas: primeiro, na articulação desses polos, em rede, desde o primeiro momento; depois, no transitar, pois o conhecimento é tanto mais inovador quanto consegue fazer misturas, articular linguagens, articular métodos, e é isto que a nossa realidade contemporânea nos mostra. A necessidade de termos um conhecimento que não é tão disciplinar, que não é tão académico, que é construído com o mundo. A cidade do Porto tem dado passos muito significativos. Primeiro, porque o Município assumiu uma posição soberana, não no sentido de poder, mas no de coordenação dos diferentes players da cidade.

Agregadora.

Sim, tem-na assumido num conjunto de projetos, de acordo com o programa desta vereação, num conjunto de eixos estruturantes. Tornar o Porto uma cidade onde se vive bem. E o viver bem são as cidades inteligentes, são cidades de cultura, que tratam o envelhecimento ativo, que criam oportunidades aos jovens, que procuram que o conhecimento produzido fique residente. E isto tem sido uma constante desta Câmara, o que nos agrada muito. Quando eu digo que somos um player da cidade e que a cidade nos reconhece, o que faz de nós player da cidade é um movimento interativo. Não só de nós com a Câmara, mas, através da Câmara, porque ela tem essa capacidade, com os outros players todos.

Como é que isso se manifesta?

O Politécnico do Porto é parceiro do Município nas smart cities, nas smart grids, nas questões energéticas, nas questões ambientais, na cultura, através não só da ESMAB, onde temos, sem pretensão nenhuma, a melhor escola de música do país... Temos uma excelente escola de teatro, estamos agora a começar a completar uma vertente da nossa formação que não tínhamos, que é a dança, numa parceria com o Rivoli e de uma maneira muito interessante, que eu julgo que pode ser um sinal do futuro do que é a construção do ensino superior: vamos fazer uma pós-graduação de dança dentro do Rivoli, com gente que trabalha no Rivoli, com muitos dos coreógrafos e muitos dos artistas que vêm ao Rivoli, através de master classes, potenciando a cidade e os equipamentos da cidade como um palco de formação e injetando, também, as componentes científicas que são necessárias e residentes no Politécnico. Julgo que este exercício deve e pode ser feito com outras estruturas. Não há curso nenhum, no IPP, que não tenha um estágio prático, desde sempre. Nós estamos a tornar mais efetivos esses

“Há uma anomalia na nossa lei, e essa anomalia tem de ser removida. Eu queria muito que o Politécnico do Porto passasse a uma instituição universitária, ou instituto universitário, a mim tanto me faz, o que eu quero é que me permitam ultrapassar as teias administrativas que estão a travar o nosso desenvolvimento.”

Se pudéssemos dar doutoramento, disparávamos completamente. E se pudéssemos dar doutoramento, iríamos dá-lo naquelas áreas em que temos competências, não era em todas, como é óbvio. Mas é muito difícil, para o Politécnico do Porto, muito mais do que para qualquer instituição, atingir o patamar que atinge, porque o nosso esforço tem de ser muito maior, porque as nossas condições não são as mesmas. O próprio modelo de financiamento, nas áreas de formação, quando é politécnico é de uma maneira, quando é universitário é de outra...

Então, poderia haver uma transição do Politécnico do Porto para uma realidade universitária, uma espécie de universidade nova, digamos assim?

Eu desejo que isso aconteça. Não porque tenha alguma fobia aos politécnicos, mas,

essa anomalia tem de ser removida. Eu queria muito que o Politécnico do Porto passasse a uma instituição universitária, ou instituto universitário, a mim tanto me faz, o que eu quero é que me permitam ultrapassar as teias administrativas que me estão a travar o desenvolvimento.

De que modo é que o IPP é, hoje, um agente que ajuda a construir a cidade?

Nós somos, de facto, uma instituição que ajuda a construir a cidade, e a cidade tem-nos ajudado a construirmo-nos a nós. Eu tenho uma conceção de ensino superior muito pouco firmada nos muros das instituições. Aliás, julgo que isto que hoje é o ensino superior, provavelmente, deixará de existir muito rapidamente dentro de uns anos, porque vivemos numa sociedade de conhecimento e, também, uma sociedade global. Hoje produz-se conhecimento não

estágios e a disseminá-los ao longo de todo o currículo, e, por exemplo, a fazer coisas maravilhosas, como no caso da Porto Design Factory, onde temos parcerias com as próprias empresas, que nos colocam ideias inovadoras, e que os nossos alunos desenvolvem e testam, e realizam produtos em acompanhamento com as empresas. E crescem numa estrutura que não é disciplinar, mas multidisciplinar. Um dos cursos que temos na Factory é em parceria com Stanford, e em Stanford já se fala de anti-disciplinaridade, no sentido de construirmos o conhecimento em função do que é necessário para um produto inovador. Isto tem a ver com as metodologias que se centram mais no projeto e na conceção interdisciplinar do saber do que num percurso formativo de uma disciplina sobre outra disciplina sobre outra disciplina. Quando se trabalha em projeto, é possível continuar a dar os conhecimentos todos. Eles aparecem é com uma relevância social e com um sentido muito mais correto.

As instituições de Ensino Superior, particularmente o Instituto Politécnico do Porto e a Universidade do Porto, são determinantes para a afirmação de uma cidade moderna e cosmopolita?

Sim. O Porto foi e é, na sua alma, uma cidade de mercadores, de burgueses, que sempre tiveram uma atitude contestatária, até em relação ao centralismo da capital. Isto não é mero bairrismo, nós não nos queixamos por lamúria, mas contra algum centralismo que não pensa o país em função das necessidades do território, pois pensa-o em função de Lisboa. E que tem sido um mal crónico ao longo de dezenas de anos, para não falar em centenas...

Podemos recuar a D. Manuel I e está lá tudo...

Sim, é a incapacidade de pensar o território como um todo, avaliando os contextos reais e não decidindo num gabinete o que são os contextos. A cidade do Porto sempre teve consciência disto e sempre teve vozes que se levantaram. Mas também houve momentos em que a cidade esmoreceu e ficou tão cinzenta e triste como as suas pedras. Neste momento, há um vigor novo. Julgo que os portuenses recuperaram o orgulho em ser do Porto e atestam esse orgulho, por exemplo, com vários sinais, e a forma mais interessante, para mim, é o modo como as pessoas acorrem ao Porto e ocupam o espaço público e fazem do espaço público seu. Assumem o Porto. Assumem essa reivindicação de uma cidade que sabe o que é e o que quer e que sempre foi, e agora arranja uma nova forma de o afirmar, uma cidade de trabalho e inovadora. E o Porto é uma cidade cosmopolita, porque uma cidade de comerciantes é cosmopolita, aberta ao outro em transação comercial. E esta transação

que existe dentro do Porto é um alimento fundamental. Por exemplo, o crime em relação ao aeroporto foi isso, o impedirmos de termos aqui esta centralidade e o cortar de asas a um território — não é só a cidade — que se estava a afirmar.

É regionalista, encarando a reforma administrativa como meio de restabelecer equilíbrios nacionalmente?

Sou. Independentemente de haver um plano estratégico comum, a nível nacional, é preciso pensar a sua concretização em função dos contextos, que não são iguais em todo o lado. E quem os conhece é quem

Recentemente, tomou posição sobre a polémica em torno da TAP, colocando-se ao lado do presidente da Câmara do Porto, contra um centralismo despido de sentido estratégico nacional. Acredita que esta luta será consequente?

Eu acredito que vale a pena lutar e denunciar as situações, porque mesmo que não se ganhe uma batalha, deixa-se ficar um rastilho e um caminho. Se esta luta for perdida, é muito mau para o Porto. Este Porto é a grande região. Como intérprete de outros intérpretes, o Dr. Rui Moreira foi capaz de assumir esta voz, e foi fundamental que ele a assumisse. Como

Mas não é assim. O que acontece é que, pela falta de transparência, entra-se num jogo de diálogo que está viciado. Há um conjunto de interesses e situações ocultos, e quando nos chamam para o tabuleiro do jogo, chamam-nos com cartas viciadas, ou que nós não conhecemos, ou então para uma mise-en-scène, que é uma representação formal de um ato democrático, quando o caminho já foi traçado de outra forma. Não devia ser assim, em nenhum sentido. Faz parte de nós, como pessoas, não desistirmos e exigirmos que o argumento racional, fundamentado, tenha voz e consequência na construção política.

Disse-me, noutra ocasião, ter desenvolvido um sentido de cidadania vivencial e emocional, que classifica assim: "É um nervo que, quando estimulado, salta em mim facilmente". É esse nervo que detetamos, por exemplo, nas crónicas que escreve para o "Jornal de Notícias"?

Julgo que sim. Há um nervo que salta quando a razão prática e os melhores argumentos não são ouvidos, quando a demagogia se impõe e trabalha sobre a ignorância, ocultando-a... Nas crónicas do JN, faço um exercício pessoal, mas como presidente do Politécnico do Porto, e nessa qualidade tenho de escrever de acordo com o respeito e a dignidade do cargo. São textos em que julgo que se sente a autenticidade de uma voz independente, que é a minha, e de uma instituição que é a minha, mas uma voz que gosta de se levantar, mesmo quando as causas são impossíveis. Julgo que exerço aí o tal nervo emocional que todos temos. Eu assumo-me como uma pessoa emotiva. A emoção dá algum vigor e algum tempero à razão. É péssimo existir emoção sem razão, mas também é má uma razão fria, isto é, sem estar mergulhada em raízes morais, ou éticas. As decisões políticas, de planeamento e da cidade não podem ser somente racionais, mas têm de estar também mergulhadas em preocupações morais e éticas. E o governo de uma casa, de uma instituição, de uma cidade ou de um país deve ter isso em conta. Nós somos escolhidos para cuidar de alguma coisa, e esta palavra, cuidar, tem muito significado: o tomar conta sem diminuir a autonomia do outro. Ainda que com milhões de falhas, o que procuro fazer, numa reflexão contínua sobre mim própria, é exatamente isso.

Já escreveu, por exemplo, sobre a crise dos refugiados. Teme que esteja a nascer uma sociedade asfixiada pelo medo?

Temo. O medo inibe-nos de comunicar com o outro, de nos abirmos. E tem consequências pragmáticas terríveis. Outro dia, li depoimentos de um conjunto de empresários, a nível europeu, que diziam que o fechamento das fronteiras podia ter consequências absolutamente desastrosas em termos económicos, mais devastadoras

“Eu acredito que vale a pena lutar e denunciar as situações, porque mesmo que não se ganhe uma batalha, deixa-se ficar um rastilho e um caminho. Se esta luta for perdida, é muito mau para o Porto. Como intérprete de outros intérpretes, o Dr. Rui Moreira foi capaz de assumir esta voz, e foi fundamental que ele a assumisse.”

está neles, e é preciso articular a voz dos contextos com a direção do desígnio nacional e com o desígnio europeu, ou o desígnio mundial. Esta articulação só pode ser feita se houver uma boa base de regionalização, que permita a construção e o desenvolvimento de políticas locais. Quem gere de proximidade gere melhor e de uma maneira mais eficaz. O que é muito necessário, também, é haver um sistema mais transparente, mais auditado, mais justo e mais coeso nas políticas regionais, de forma a que contemplem a diversidade dos atores e contemplem as necessidades reais do território. E com prestação de contas, tal como a transparência, a apresentação e a discussão de resultados, antes de novos quadros serem lançados e reprogramados... Mas sou a favor da regionalização, independentemente da discussão do modelo em que ela deve ser implementada.

ele sempre disse, havia outras vozes por trás dele, até de autarcas do Centro e de autarcas da Galiza, que não Vigo. Mesmo que esta batalha seja perdida, o que é pena, o Porto saberá encontrar outros caminhos e, acima de tudo, foi capaz de se unir e de demonstrar, nessa união, a razão das suas razões. Isto é um caminho que se faz caminhando, e o poder central terá de ficar necessariamente mais sensível a outro modo de construir as políticas localmente.

Ter razão chega para combater o centralismo ou é preciso algo mais?

Infelizmente, sabemos que na maior parte das vezes, na vida, não basta ter razão. Se estivéssemos numa democracia dialógica, em que o que ganha é o melhor argumento, isso era possível, porque nós debatíamos, mostrávamos razões e argumentos, e o melhor argumento devia ganhar.

do que aquilo que se investe a apoiar os refugiados. Depois, o medo tem consequências políticas muito fortes. Já não falo só da ética, falo de situações de violência que nós podemos estar a estimular. Quando as pessoas são retidas, há mais de dois milhões de refugiados retidos na Turquia, e outros que, agora, vão começar a entrar... quando não há uma resposta razoável para as pessoas, é natural que elas se revoltam. Nós vimos, há anos, revoltas em Paris e noutras cidades. Essas revoltas podem, sim, significar um medo sério. E depois, o que aqui está em causa é uma imensa falta de coordenação das políticas europeias, uma fragmentação enorme do que era a construção europeia...

Vamos por aí: a integração assenta numa base de tolerância e abertura, mas esse medo gera intolerância e fechamento. Estaremos a assistir ao fim da construção europeia?

Espero que não e julgo que ainda não. Assistimos, sim, ao fim de uma certa ideia de Europa. O que domina a Europa, além da incapacidade de resposta às questões políticas e uma falta de coesão, é não haver a possibilidade de uma solução conjunta.

Diz-se que se vão distribuir os refugiados, depois já não se vão distribuir, depois uns fecham aqui, outros fecham acolá, admitem-se situações de exceção a torto e a direito... Não há uma política sólida concertada entre todos. Esta Europa não foi capaz, por exemplo, de fazer face à crise económica, de colmatar a ausência de crescimento. É uma Europa que não soube fazer face à falta de coesão interna, mesmo a nível de coesão social. O desnível e o crescimento de populações no desemprego, que vivem abaixo do limiar da pobreza, não foi resolvido durante estes anos todos. É uma Europa que não resolve o problema político, não resolve o problema económico, não resolve o problema financeiro terrível. E há um diretório central que se impõe de uma maneira às vezes demasiado abusiva em relação à autonomia das partes. Temos uma Europa desagregada, que esqueceu a sua dimensão política, mas que também não resolve as outras dimensões, e temos uma Europa que deixou de integrar e de ouvir os diversos membros, que decide centralmente. Depois há sempre aquela sensação terrível, que eu tenho, que é aquilo que eu não sei. Aquilo que nós não sabemos da forma como a política

do nosso país e dos outros países está a ser construída. Qual a margem da nossa decisão e qual o sentido da decisão deles. A Europa de Jacques Delors, de Robert Schuman e de outros, com certeza, não era exatamente esta Europa.

Nasceu em Penafiel, estudou em Lisboa e no Porto, fixou-se no Porto, Qual é o território que lhe corre nas veias?

Eu considero-me, hoje, uma portuense. O território é o território da infância, do fundo do meu quintal. É a paisagem. Nós vinculamo-nos, inicialmente, às coisas que foram nossas, em particular se a experiência foi feliz. Mas a vinculação inicial é fundamental para a estabilidade de um indivíduo, e quando ela não é feliz é trágica. Esta vinculação inicial passa pelos cheiros, pelos ambientes, e a minha vinculação inicial é ao território onde eu nasci. Mais do que dizer que é Penafiel, é a ribeira do Cavalum, era a quinta, era o meu quintal, eram as sebes, às vezes, até, um monte de silvas...

E regressa ainda a esse território, emocionalmente ou de facto?

Regresso permanentemente. De uma forma que é difícil de explicar e que, posto

numa entrevista, pode até parecer desbocado, esse território mais íntimo é a minha força interior, é a minha religião.

Se eu lhe pedir um lugar do Porto que seja O LUGAR, assim em maiúsculas, é capaz de o apontar?

Sou: o Largo de S. João da Foz.

Porquê?

Porque o largo da igreja de S. João da Foz é um espaço de uma cidade que tem algo ainda de rural, um espaço onde o sagrado e a cidade convivem de uma forma muito feliz, rodeado por colunas de um templo, que são plátanos.

O que é que torna único viver nesta cidade?

A gente do Porto. Eu gosto da gente do Porto.

Isso existe?

Existe. Não há um pensamento que identifique, assim, o portuense, mas há uma alma portuense, que se sente nos autocarros, no espaço público, na fala das pessoas, e não é o sotaque: eu acho que os portuenses são gente franca, às vezes rude, de cara lavada e que fala olhos nos olhos.

E de que doenças enferma a cidade?

Há ainda algumas ilhas de exclusão. É evidente que uma cidade tem muitas potencialidades e tem, ainda, muitos defeitos. E terá sempre, porque a construção faz-se elevando a fasquia e, como tal, reconhecendo-se outros problemas. Ainda há muitas ilhas de exclusão, há situações sociais, e bairros, e partes da cidade que ainda estão degradadas, onde a integração ainda não foi possível, onde este lavar de rosto que está a acontecer em muitos lados ainda não chegou. Eu tenho fé em que vai chegar. A minha maior fé resulta de as novas gerações terem sido sempre melhores e terem um nível de exigência e de aspiração muito maior que as que tinham os seus pais. É esse nível de qualidade, de conhecimento e de aspirações e exigências que podem fazer a cidade melhor, porque eles vão exigir isso.

E que rumos preconizaria para a cidade, se estivesse sentada na cadeira do presidente da Câmara?

É difícil encontrar um rumo. Eu gostava de dizer outra coisa, mais pela positiva. Gostava que o Dr. Rui Moreira continuasse a ser uma voz aglutinadora dos players da cidade. Que continuasse a convocar a cidade e o Norte para o desígnio comum, planeado, em que cada parceiro da rede fosse uma mais-valia para a rede e um foco da rede autónomo, no sentido de termos um Norte, um Grande Porto mais vivo, mais coordenado, mais colaborativo, mais interativo, mais eficaz. Esse caminho está aí, e pedia-lhe para ele nunca se calar. ●



Pedro Olavo Simões nasceu há 49 anos no Porto, onde reside. Fez-se jornalista em 1990, no "Jornal de Notícias", e aí se mantém, tendo trabalhado praticamente em todas as áreas editoriais. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ajudou a desenvolver a "Jornal de Notícias História", revista de que é coordenador editorial. Esta nova publicação, que ostenta orgulhosamente uma das marcas mais reconhecidas da cidade invicta, veio ocupar um lugar que estava vazio no panorama português: o de uma revista periódica multitemática, dedicada a temas históricos e patrimoniais, que combina a erudição com a clareza que a torna apetecível a todos os públicos.